



**Conselho Municipal de Saúde  
do Rio de Janeiro - CMS/RJ**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**Ref.: 08/06/2021**

**Aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, em convocação para a realização da reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ), no período das catorze horas e trinta minutos às dezoito horas, na Sala virtual da Plataforma Zoom da ADOULAS-RJ, reuniram-se pelo segmento dos usuários: conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa (Associação Carioca de Distrofia Muscular – ACADIM); conselheira Júlia Daniela de Castro (Federação das Associações dos Moradores do Município do Rio de Janeiro – FAM-RIO); conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida (Associação de ADOULAS do Estado do Rio de Janeiro – ADOULAS/RJ); conselheira suplente Maria Carolina Lobão Del Castilho (Associação de ADOULAS do Estado do Rio de Janeiro – ADOULAS/RJ); conselheiro Wilson Nilson da Rocha (Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro – FAAPERJ); conselheiro Carlos Alberto Bessa Menezes (Associação Cultural Recreativa Águia Negra – ACRAN); conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes (Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – SINDSPREV/RJ); conselheira Sônia Maria do Nascimento da Paixão (União de Negros Pela Igualdade do Rio de Janeiro – UNEGRO/RJ); conselheiro suplente Roberto Oliveira de Almeida (Associação dos CAPSI do Município do Rio de Janeiro – ACAMURJ); conselheira Monica Fernandes Lahmann (União Brasileira de Mulheres – UBM/RJ); conselheiro Abílio Valério Tozini (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); conselheiro Marcello Cláudio Nunes Deodoro (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2); conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); conselheiro Ludugério Antônio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1); conselheira Neide Maria Neres Tinoco (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2) e a conselheira suplente Sueli dos Anjos Silva dos Santos (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2). Pelo segmento dos profissionais de saúde: conselheira Lucimar Oliveira do Nascimento (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ) e a conselheira Valeska Holst Antunes (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED). Pelo segmento dos gestores/ prestadores de serviços: conselheira suplente Liliane Cardoso de Almeida Leal (Secretaria Municipal de Saúde-SMS); conselheira Larissa Cristina Terrezo Machado (Secretaria Municipal de Saúde-SMS) e a conselheira suplente Keroulay Estebanez Roque (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). Pauta do Dia: Deliberação da Ata: 13/04/2021. 1. Deliberação do Ofício S/SUBGERAL/CGCCA Nº 490/2021. Assunto: Publicação de Edital de Convocação Pública nº 004/2021 (Fisioterapia Ambulatorial) - referente ao processo administrativo nº 09/0000487/2021 – **5 minutos**. 2. Prestação de contas sobre o processo nº 09/003.010/2020 – (Execução de Emenda Parlamentar para Saúde Mental) – **30 minutos**. 3. Situação e fluxo do atendimento dos casos relacionados à saúde no serviço 1746 – **40 minutos**. 4. Ponto fixo sobre a Covid-19 – **40 minutos**. 5. Escolha de suplente no Comitê de Mortalidade Materna – **10 minutos**.**

6. Apresentação do trabalho individual de cada Comissão Temática – 30 minutos. 7. Informes dos Conselhos Distritais de Saúde – 10 minutos. 8. Informes da Secretaria Executiva – 10 minutos. 9. Informes da Gestão da SMS – 10 minutos. 10. Informes do Colegiado – 5 minutos por conselheiro. A reunião teve início após a convocação às 14 horas e 40 minutos, com quórum previsto no Regimento do Conselho. Coordenação: Presidente do Conselho: **Maria de Fátima Gustavo Lopes**. Auxílio à Coordenação: **Comissão Executiva**: conselheiros(as) usuários(as): Júlia Daniela de Castro, Morgana Eneile Tavares de Almeida, Neide Maria Neres Tinoco e Osvaldo Sérgio Mendes. Conselheiras Profissionais de Saúde: Lucimar Oliveira do Nascimento e Valeska Holst Antunes. Conselheiras Gestoras: Larissa Cristina Terzezo Machado e Liliane Cardoso de Almeida Leal. Moderadora: Secretaria Executiva: **Carmem Terezinha Gomes Sasaki**. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** iniciou a leitura da pauta conforme o teor mencionado acima. Em conjunto, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** fez o pedido de explanação anterior ao período de apresentação para os conselheiros que solicitaram o ponto temático na pauta. Dando continuidade a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** passou para deliberar a aprovação da pauta colocando-a em votação, junto a solicitação anteriormente citada. Após verificar o quórum, anunciou a aprovação da pauta pela maioria simples. Logo, seguiu para a deliberação da ata do dia **13/04/2021**, colocando-a em votação. Antes esclareceu que a ata, junto de todos os documentos referentes a esta reunião do Conselho foram enviados aos conselheiros via e-mail e estão da mesma forma postados no site do Conselho Municipal de Saúde como “EM CONTRUÇÃO”; em seguida anunciou que foi aprovada a ata pela maioria simples. Dando continuidade, deu início **ao item 1 da pauta**: Deliberação do Ofício S/SUBGERAL/CGCCA Nº 490/2021. Assunto: Publicação de Edital de Convocação Pública nº 004/2021 (Fisioterapia Ambulatorial) - referente ao processo administrativo nº 09/0000487/2021. Passou a palavra a **conselheira Valeska Holst Antunes**, que após cumprimentar a todos deu início a apresentação afirmando que o documento citado foi enviado ao e-mail dos conselheiros e se trata de uma proposta de edital de renovação de contratos do Serviço de Fisioterapia Ambulatorial privado com o objetivo de colocar em votação para aprovação ou não do edital. Assim a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** passou para a deliberação do ofício e do edital que foi aprovado pela maioria simples. Dando continuidade deu início ao **item 2 da pauta**: Prestação de contas sobre o processo nº 09/003.010/2020 – (Execução de Emenda Parlamentar para Saúde Mental); assim junto a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes**, chamou para realizar a explanação do item da pauta o **conselheiro Carlos Alberto Bessa Menezes**, que cumprimentou a todos e deu início a introdução da apresentação, que posteriormente será feita pelo Dr. Hugo, relatando que faz muitos anos que teria ocorrido um debate sobre a pauta acerca da saúde mental e então na gestão passada surgiu a informação que a partir da execução da Emenda Parlamentar os recursos deveriam ser repassados ao Estado e dessa forma, posteriormente surgiram discussões sobre o tema. Assim seguiu a introdução da pauta esclarecendo o objetivo desta que é de informar quais são os possíveis desfechos da nova gestão da saúde mental. Seguindo, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** abriu as inscrições para comentar a introdução da pauta anteriormente citada e, logo, o **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** se pronunciou cumprimentando a todos, seguindo assim com uma pergunta para o Dr. Hugo Fagundes: “o programa que foi aprovado em novembro de 2020 pelo CMS/RJ está mantido nessa nova Gestão?” Acrescentando que ficou triste pelo mesmo não estar apresentando a construção que é desejada, como dar prioridade a AP 5.1, CAPSad III da Policlínica Manoel Guilherme da Silveira Filho, afirmando também que gostaria de saber o porquê de não estar na apresentação do programa. Dando

continuidade a segunda inscrita, a **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** com a finalidade de endossar as palavras anteriormente ditas, lembrar a todos os conselheiros que estiveram na movimentação e informar os presentes que não têm conhecimento da matéria. Assim menciona a mobilização popular que ocorreu em 2019 que proporcionou as unidades da AP 5.1, 5.2 e 5.3, uma Emenda Parlamentar no valor de um milhão de reais para serem aplicados nas ações dos CAP's das Áreas Programáticas citadas, e que foi dito assim que teria sido criado e iniciado um projeto e a verba já teria sido enviada aos cofres da prefeitura no mês de abril de 2020 e, colocou também que o processo foi encaminhado à Superintendência de Saúde Mental. Seguiu finalizando com uma pergunta ao Dr. Hugo Fagundes “quais serão os entraves existentes para que a verba seja aplicada efetivamente nessas ações de saúde mental?” Acrescentando a importância das ações citadas, finalizou a fala agradecendo. Nesse momento, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** passa a palavra ao **Dr. Hugo Fagundes**, que agradece e saúda o Conselho, iniciando logo sua apresentação contando sobre sua trajetória com a luta pela área da saúde mental e do compromisso da AP 5.1, que implica na construção, transformação e reforma das estruturas das unidades em questão. Esclareceu assim que em virtude da oscilação de casos de Covid-19 há um receio de realizar um desmonte dos leitos e acabar, posteriormente, precisando para uso, pois estes foram construídos pensando em uma emergência sanitária, além de que os recursos, dispostos pela Secretaria, estão majoritariamente dedicados ao combate da atual pandemia; mencionou, também, que na Lei Orçamentária não está previsto recursos para investimento, assim justificou que não é possível pensar nessas propostas para o ano de 2021 e reafirmou seu compromisso. Explicitou elementos que envolvem o Termo de Referência e afirmou que o mesmo será publicado no segundo semestre desse ano com edital para uma organização parceira executá-lo. Posteriormente à apresentação se colocou à disposição para esclarecimento. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** atendendo a solicitação da Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes abriu inscrições no “chat” para esclarecimentos de dúvidas. O primeiro a falar foi o **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** informando que já existe um espaço especializado para o atendimento da Covid-19 na Policlínica Manoel Guilherme da Silveira Filho, e colocou que seria sim, possível a implantação do CAPSad III. Em seguida quem falou foi a **conselheira Valeska Holst Antunes**, que cumprimentou a todos e disse que tentou ter acesso ao teor completo da Emenda Parlamentar pelo SICOP para obter ciência do andamento, mas não foi bem-sucedido. Assim informou que gostaria de saber quais são os fins orçamentários da Emenda citada a fim de compreender se há uma real necessidade de aguardar a mudança na condição sanitária ou se parte disso já poderia estar em andamento? Dando continuidade o próximo a falar foi o **conselheiro Carlos Alberto Bessa Menezes** dizendo que gostaria muito que ao seguir esse Projeto a Sociedade Civil que ajudou a escrever isso, que não sabem nem o que foi mudado e nem o que foi acrescentado, que essa Sociedade Civil tivesse uma participação mais efetiva nisso. Prosseguindo, pediu ao CMS/RJ que deixasse isso registrado porque a Sociedade Civil quer. O Projeto não é da SMS. O Projeto é só usuário que está na ponta e sabe o que passa lá. Não é só a questão técnica que vai levar isso em conta. Então, acha que a questão é superar isso. A Sociedade Civil tem que ser ouvida. Disse que pensa dessa forma e acredita que a maioria, talvez acredite. Prosseguindo, deferiu uma pergunta ao Dr. Hugo Fagundes sobre o cofinanciamento, se essa verba de 8 milhões veio em dezembro de 2019 e de 16 milhões em 2020 com a finalidade de investimento na RAPS (Rede de Atenção Psicossocial)? Agradeceu e finalizou. O próximo a relatar foi o **conselheiro Abílio Valério Tozini** que concordou com as afirmações anteriores e para reforçar se colocou afirmando que não entendeu o porquê da verba de Emenda Parlamentar não ter uma política transparente, já que é

dinheiro público. E, denunciou também sentir uma grande falta de participação pública nas decisões tomadas, por mais que o CMS/RJ seja um Órgão Social. Solicitou uma mudança acerca disso para que os conselheiros tenham mais participação, deixando de ser apenas observadores. Finalizando assim, elogiou os parlamentares que conquistaram essa verba para a saúde. Prosseguindo, a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** teve posse da palavra e perguntou ao Dr. Hugo Fagundes o número do Projeto e qual o Órgão que fez o repasse exato e a confirmação de qual o ano da Emenda, afirmando se esses dados podem ser acessados no Portal da Transparência de forma pública? Seguindo assim, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** concedeu a palavra ao **Dr. Hugo Fagundes**, que iniciou respondendo a pergunta da conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida referente ao número da Emenda, informando ser 26160021, adicionou também o valor desta que é de um milhão de reais e envolve o incremento temporário ao custeio dos serviços de assistência hospitalar e ambulatorial para o cumprimento de metas no âmbito de atendimento psicossocial das Áreas de Planejamento 5.1, 5.2 e 5.3. Seguiu assim respondendo ao conselheiro Carlos Alberto Bessa Menezes, afirmando que não teria insultado ninguém nas falas anteriores e que na verdade, quis dizer que a jornalista Berenice Seara publicou na coluna do jornal Extra uma nota que demonstrava estranheza o fato de que o dinheiro da assistência hospitalar do Rio de Janeiro estava sendo encaminhado para pagar profissionais de circo, oficinas, aulas de malabarismo e acrobacias. Assim afirmou que não é simples pegar tudo que está na teoria e encaixar na realidade quando se fala do Direito Administrativo, pois é dinheiro público, e dessa forma, continuou colocando que não é possível colocar o documento em acesso público, pois a lei não permite. Finalizou a fala agradecendo a todos. Dando continuidade a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** iniciou a leitura do **item 3** da pauta: Situação e fluxo do atendimento dos casos relacionados à saúde no serviço 1746, assim chamando para realizar a explanação a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** que com a palavra, disse ser um assunto de grande curiosidade e que não conhece como funciona o 1746, mas que solicitou a apresentação com objetivo para que o Conselho possa compreender e discutir sobre como realizar um fluxo de denúncias eficazes. Seguindo, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** passou a palavra para a **Ouvidora Cristina Keiko** que agradeceu e cumprimentou a todos, iniciando a apresentação a compartilhar um slide e explicou a diferença entre a Central 1746 e a Ouvidoria. Esclareceu que a Central 1746, por sua vez, recebe solicitações de serviços e informações e que também recebe e registra manifestações para a Ouvidoria. A Ouvidoria já é um instrumento de articulação entre o cidadão e a Administração Pública. É responsável por receber manifestações acerca das políticas e serviços públicos prestados. Explicitou também os tipos de contatos que podem ser realizados com os serviços e os tipos de manifestações a serem colocadas. Explicou também a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida que a palavra “denúncia” apenas se refere a casos de corrupção e improbidade pública e esses não são mais tratados pela Ouvidoria, apenas pela Subsecretaria de Integridade. Disse que na Ouvidoria são relatadas reclamações e críticas. Seguindo para explanação do fluxo de informações recebidas pelas ouvidorias existentes no Rio de Janeiro e como funciona o encaminhamento dessas manifestações. Finalizou agradecendo a todos e se colocando aberta a responder as possíveis dúvidas. A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** se pronunciou dizendo ter dúvidas e logo após falou o **conselheiro Abílio Valério Tozini** com o pedido para que a Ouvidora Cristina Keiko voltasse a determinada parte da sua apresentação e dessa forma a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** solicitou para que a organização da reunião um falasse após o outro em tempo breve. Continuando a **Ouvidora Cristina Keiko** atendeu ao

pedido do conselheiro Abílio Valério Tozini voltando a apresentação no período requisitado. Seguente a isso, a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** introduziu sua dúvida, dizendo que gostaria de saber qual seria a influência das críticas e elogios na unidade de saúde e quais são as unidades de saúde com mais críticas ou elogios? Perguntou também e fez um pedido à Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes se teria a possibilidade do CMS/RJ receber, de tempos em tempos, um relatório completo? Adicionou também que gostaria de saber como é dado o encerramento dos casos, o que implica para que um caso seja encerrado e se existe algum retorno do cidadão para demonstrar satisfação ou não com a solução proposta? A **Ouvidora Cristina Keiko** respondeu a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida dizendo que poderia, antes da apresentação, ter solicitado para que a mesma traga as informações sobre os elogios e críticas referentes às CAPS, explicitando também quando é usado o termo “encerrado”, significa que a resposta de uma solicitação foi enviada e não que o problema foi diretamente resolvido e, no caso do cidadão não ficar satisfeito com a resposta poderá, dessa forma, ser aberta uma manifestação de reclamação. Adicionou também que existe uma empresa específica que geralmente faz a medição de satisfação dos cidadãos. A seguir quem falou foi o **conselheiro Carlos Alberto Bessa Menezes** que se apresentou e logo explanou sua dúvida que seria sobre o aplicativo utilizado para realizar a Ouvidoria se atende apenas as demandas da Saúde ou outras também? Adicionou também que o aplicativo possui muitas falhas ao ser utilizado para realizar uma manifestação e que isso deveria ser melhorado. A **Ouvidora Cristina Keiko** respondeu ao conselheiro Carlos Alberto Bessa Menezes que o aplicativo apenas não recebe demandas da Saúde como de muitos outros setores da prefeitura, embora que em sua página principal se sobressaiam os assuntos mais demandados. Adicionou também que, como Ouvidora, sempre reporta os erros e problemas no aplicativo. A seguir, o **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** colocou sua dúvida, que seria acerca da “denúncia”, se no momento de atendimento ao usuário, era explícito que o termo não seria mais utilizado quando se trata de uma reclamação? Logo a **Ouvidora Cristina Keiko** respondeu dizendo que sim, que havia a explanação das diferenças dos termos sempre que necessário. Dando continuidade quem falou foi o **conselheiro Wilson Nilson da Rocha** que cumprimentou a Ouvidora Cristina Keiko e seguiu dizendo que é complicado quando se usa o termo “diversos” como o que foi usado em sua apresentação, se referindo a manifestações impopulares, pois fica nublado o teor das informações encontradas ali. E assim solicitou que numa próxima apresentação seja detalhado o item “diversos”. A **Ouvidora Cristina Keiko** respondeu que ficaria muito extenso detalhar cerca de 50 itens que estão contidos no termo “diversos” e disse que essa classificação é muito abrangente. Finalizando a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** agradeceu a Ouvidora Cristina Keiko pela explanação. Seguindo, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** leu o **item 4 da pauta** a ser discutido: Ponto fixo sobre a Covid-19, chamando assim pela conselheira Valeska Holst Antunes e a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida para realizar a explanação do item. A **conselheira Valeska Holst Antunes** introduziu o item, explicitando ser um panorama geral da situação qual a avaliação da secretaria dos últimos 30 dias e quais as expectativas para os próximos 30 dias e como subtópico discutir a entrada da variante indiana do Vírus Sars-Cov-2, o plano de flexibilização e a questão da vacinação das gestantes. A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** concordou com o anteriormente dito e adicionou que, anteriormente, teria sido concordado discutir acerca da vacinação das grávidas e puérperas com comorbidades. A **Coordenadora do Programa de Imunizações Nadja Greffe**, iniciou assim a sua apresentação sobre os números da vacinação de gestantes e as atuais recomendações que estão sendo utilizadas. Finalizou agradecendo a todos e passou a fala para a **enfermeira Livia de Souza Câmara** da

SUBPAV. A **enfermeira Livia de Souza Câmara** agradeceu a todos e complementou a apresentação, explicando como progrediu a vacinação de mulheres gestantes e puérperas e se colocou à disposição para tirar dúvidas. Assim se inscreveu a **conselheira Valeska Holst Antunes** para receber explicação acerca da nota técnica emitida sobre as recomendações que estão sendo usadas para a aplicação da vacina, sobre as gestantes com laudo médico sem comorbidade e sobre a repescagem. A próxima a falar foi a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** que comentou que as gestantes que possuem laudo médico têm condições de avaliar a relação de riscos e benefícios, o que cabe dentro da Nota Técnica. Explanou também que a sua fala é sobre a decisão política e não sobre a coordenação que faz todo o trabalho de busca de atender e fazer o calendário da melhor forma. Agregou assim que existem mulheres que atualmente estão correndo risco de morte, o que poderia ser evitado e também que seguir a Nota Técnica não deve, de forma alguma ser a única saída. Solicitou assim que o CMS/RJ se posicione politicamente acerca da vacinação e proteção de mulheres gestantes e puérperas. Seguidamente, a **Coordenadora do Programa de Imunizações Nadja Greffe**, teve posse da palavra e respondeu a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida que compartilhava de sua angústia e anseio pela proteção das gestantes sem comorbidade, mas que os efeitos adversos causaram espanto e que o impacto coletivo foi inegável, pois é necessário o quanto antes um esclarecimento do Ministério da Saúde, porque o interesse da Coordenação de Imunização é a retomada da vacinação das gestantes e puérperas. Informou que as gestantes que possuem comorbidades e não possuem calendário, podem ser vacinadas em qualquer dia e horário, pois não há calendário e nem repescagem para as gestantes que possuem laudo médico e agregou que o Comitê Científico da Secretaria Municipal de Saúde irá se reunir munido de dados e evidências da temática deste item para deliberar a Recomendação. Neste momento **enfermeira Livia de Souza Câmara** complementou a fala, dizendo que não existe faixa etária para realizar a imunização, apenas é necessário ter 18 anos de idade, reafirmando que apenas com laudo é possível realizar a vacinação, sem a necessidade da existência de um calendário. Finalizando a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** agradeceu a participação e explicação da Coordenadora do Programa de Imunizações Nadja Greffe e da enfermeira Livia de Souza Câmara. Ao final o **conselheiro Abílio Valério Tozini** perguntou se teria ainda a possibilidade de tirar uma dúvida, tendo permissão, perguntou se realmente é verídico a relação dos efeitos adversos com a vacina? Assim, **Coordenadora do Programa de Imunizações Nadja Greffe** respondeu que a Coordenação de Imunização possui uma rotina de notificação de eventos adversos ou farmacovigilância e que as vacinas mesmo depois de testadas necessitam de um monitoramento na população, que podem ocorrer sim casos isolados. E que sim, existem evidências de casos raros de trombose, num estudo que foi realizado na Europa com relação à associação temporal e a vacina. Dando continuidade, **enfermeira Livia de Souza Câmara** comentou que a vigilância é extremamente importante, pois pode evitar novos casos desse efeito, dizendo também que a própria gestação é um risco por aumentar a chance de ter trombose, mas que ainda é cedo para afirmar a relação da vacina com o efeito adverso. Dessa forma a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** agradeceu novamente a Coordenadora do Programa de Imunizações Nadja Greffe e da enfermeira Livia de Souza Câmara. Continuando o item, o próximo a falar foi o **Gerente Técnico do Sistema de Informação de Agravos Notificáveis Caio Ribeiro**, que apresentou o Boletim Epidemiológico da semana 22 da Covid-19, a respeito da vigilância genômica acerca da nova variante indiana, apresentando assim os números de casos e óbitos, proporção de internações, monitoramento realizado, atendimento, avaliação de risco e cobertura vacinal. Finalizou se colocando disponível para responder possíveis

dúvidas e agradeceu a todos. Assim o próximo a ter posse da palavra foi o **representante do Complexo Regulador do município do Rio de Janeiro – setor de Núcleo de Informação Paulo Leonardo Ferreira** que apresentou o quantitativo de pacientes aguardando vagas para leitos, situação do quantitativo de internados e taxa de ocupação operacional. Assim finalizando, agradeceu a todos e se disponibilizou para responder as inscrições. A próxima a falar foi a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** que elogiou a apresentação e disse que foi de simples entendimento o seu objetivo. Dando continuidade a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** leu o **item 5 da pauta** a ser discutido: Escolha de suplente no Comitê de Mortalidade Materna. Com a palavra da **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** informou que é a titular do Comitê, todavia necessita de alguém para apoiá-la e assim fez um apelo para que, independentemente do sexo, alguém possa se candidatar como suplente. O **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** se candidatou. Dessa forma, **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** colocou em votação para deliberação. Com a verificação do quórum deu como aprovado o nome do conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes pela maioria simples. A seguir a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** informou o acontecimento do primeiro encontro nacional de Doulas do SUS, realizado pela Associação de Doulas do Estado do Rio de Janeiro – ADOULAS/RJ e gostaria que o documento, o resultado do encontro e a carta fossem enviados para todos os conselheiros devido aos resultados. Os **pontos 6, 7, 8, 9 e 10** foram cancelados por conta da hora e a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** pediu para quem não conseguiu dar informe que enviasse por e-mail e que deverá ser adicionado a essa ata e assim está feito conforme a seguir. O **conselheiro Osvaldo Sergio Mendes** enviou para constar na ata, o seguinte informe: “a Policlínica Rodolfo Rocco, antigo PAM Del Castilho, continua no abandono profundo, visto que, não temos papel higiênico, álcool em gel nem para usuários e nem para servidores. Temos uma emergência de portas abertas 24h sem médicos, sem corpo de enfermagem, sem vigilância, o que já originou 3 assaltos e várias agressões aos servidores. Não há medicação básica para atender aos usuários e não há bebedouro. Com 30.000m<sup>2</sup>, sendo 10.000m<sup>2</sup> edificada e que há 6 meses o mato toma conta da unidade, junto com a proliferação de mosquitos de várias espécies nocivas (dengue e chikungunya). Quando chove, o volume de chuva é maior dentro da unidade do que no lado de fora. Citando itens de fundamental importância na unidade, podemos mencionar a falta de respiradores, ar condicionado, tomógrafo (que se encontra parado há mais de dois meses por falta de contrato). Nossa emergência atende a casos de Covid-19.” O **conselheiro Osvaldo Sergio Mendes** enviou também o seguinte e-mail: “Olá! Sra. Carmem Sasaki, boa tarde. Estava participando da reunião acima e devido ao lugar onde estou, o problema de sinal de internet está muito difícil de continuar. Infelizmente a voz do usuário é sempre colocada para o final das falas, isso já não é de hoje e, portanto, estou com um grave problema de continuação de meu tratamento de saúde no Hospital Federal de Ipanema, na clínica de urologia. Ontem, estive em uma consulta médica no Hospital em referência e fiquei muito surpreso quando o médico me chamou e ele ficou impressionado com a minha pergunta: “Dr.”, cadê o meu prontuário médico? Ele ficou impressionado também porque não estava lá e ele tentou acessar o prontuário eletrônico e nada, mas lá está uma pasta novinha com uma folha de rosto só com todos os meus dados do SUS. Informou que está em processo de fazer uma cirurgia e o médico requisitou todos os exames antiparasitário, correndo o risco de novamente ser adiado o tratamento e que é esse o conteúdo de sua fala de hoje devido a dificuldade de internet e deixando aí o meu pedido para constar na ata de hoje, ok? Estou também fazendo uma ouvidoria no SUS nacional informando essa demanda e desde já agradeço com um grande abraço. Finalizando a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de**

**Fátima Gustavo Lopes** agradeceu a todos presentes na reunião. Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado foi encerrada a reunião às dezoito horas e eu, **Yasmin Toledo dos Santos** dou por lavrada a ata e assino em conjunto com a Presidente deste Conselho, **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**

**Yasmin Toledo dos Santos**

  
Maria de Fátima Gustavo Lopes